AS BRINCADEIRAS E INTERAÇÕES COMO FERRAMENTAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LUCIANA SANTOS NOGUEIRA DE ARAUJO

RESUMO

A inclusão na Educação Infantil representa um compromisso fundamental com o desenvolvimento integral de todas as crianças, respeitando suas singularidades e promovendo a equidade no processo educativo. Nesse contexto, as brincadeiras e as interações despontam como recursos pedagógicos potentes, capazes de estimular a participação ativa e o sentimento de pertencimento de cada criança no ambiente escolar. Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância do brincar e das interações sociais como instrumentos de inclusão, enfatizando a valorização das diferenças e o fortalecimento de vínculos afetivos e sociais. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada em autores como Vygotsky, Kishimoto e Oliveira, que concebem o lúdico como eixo central da aprendizagem e do desenvolvimento na infância. Considerando a infância como uma fase rica em descobertas e interações, defende-se que a escola deve ser um espaço acolhedor à diversidade, no qual o brincar intencional e planejado contribui para práticas pedagógicas mais democráticas e sensíveis. As atividades lúdicas não apenas desenvolvem aspectos cognitivos e motores, mas também favorecem a empatia, o respeito mútuo e a cooperação entre as crianças, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. As interações vivenciadas durante as brincadeiras tornam concretas as experiências de inclusão, nas quais as diferenças são reconhecidas como parte natural da convivência. Conclui-se que a ludicidade, quando incorporada ao currículo de forma consciente, amplia as possibilidades de aprendizagem e socialização, criando um ambiente mais justo e humano. Investir em brincadeiras e interações como estratégias inclusivas revela-se, portanto, um caminho eficaz para assegurar o direito de todas as crianças ao desenvolvimento pleno e à participação na vida escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Inclusão. Brincadeiras. Interações. Desenvolvimento infantil.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, deve garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento de todas as crianças. Nesse contexto, a inclusão configura-se como um princípio orientador das práticas pedagógicas, exigindo ações que respeitem a diversidade e promovam a equidade. Mais do que assegurar o acesso ao espaço escolar, a inclusão requer a construção de ambientes acolhedores, nos quais todas as crianças independentemente de suas condições físicas, cognitivas, emocionais, sociais ou culturais possam participar ativamente, aprender e se desenvolver de forma integral.

Diante disso, torna-se imprescindível repensar as práticas educativas, de modo que se baseiem na escuta ativa, na valorização das diferenças e na promoção de experiências significativas. Entre os recursos didáticos e metodológicos disponíveis, as brincadeiras e as interações ocupam lugar central no processo educativo. Isso se deve não apenas à sua naturalidade na infância, mas também à sua capacidade de permitir que a criança explore o mundo, expresse sentimentos, desenvolva habilidades cognitivas e socioemocionais e estabeleça vínculos afetivos com seus pares e com os adultos.

A ludicidade, quando inserida intencionalmente no planejamento pedagógico, revela-se uma aliada poderosa da inclusão, favorecendo a participação ativa e prazerosa de todas as crianças. A interação entre crianças com e sem deficiência, mediada por atividades lúdicas, contribui para a construção de uma cultura escolar mais empática, cooperativa e sensível às diferenças. Cabe ao educador garantir que essas vivências ocorram de forma planejada, respeitosa e inclusiva, promovendo estratégias que favoreçam a acessibilidade, a comunicação e o protagonismo infantil.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo analisar como as brincadeiras e as interações podem ser utilizadas como fer-

ramentas de inclusão na Educação Infantil. Para isso, realiza-se uma revisão bibliográfica com base em estudos teóricos e documentos legais, visando compreender de que maneira a ludicidade pode favorecer a inclusão e o desenvolvimento de todas as crianças com e sem deficiência no ambiente escolar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, abrange a faixa etária de zero a cinco anos e tem como função primordial garantir o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, emocional, social, cognitivo e cultural (BRASIL, 2009). Trata-se de uma fase decisiva para a constituição de valores, atitudes e habilidades fundamentais para a formação do sujeito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 4º, inciso III, assegura o direito ao atendimento educacional especializado gratuito aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente no ensino regular (BRASIL, 1996). Tal diretriz reafirma que a escola deve adaptar-se às necessidades de seus alunos — e não o contrário — promovendo, assim, o princípio da equidade.

Dessa forma, a inclusão escolar na Educação Infantil não pode ser entendida como mera presença física de crianças com deficiência nas instituições educacionais. É necessário garantir a participação efetiva dessas crianças nas experiências pedagógicas, o que implica rever práticas, materiais, atitudes e a formação dos profissionais da educação. Para Mantoan (2006), a inclusão é um processo contínuo que visa responder à diversidade humana, rompendo com estruturas excludentes e padronizadas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça que as práticas pedagógicas na Educação Infantil devem estar organizadas a partir dos eixos estruturantes das interações e das brincadeiras. Esses elementos favorecem a construção de vínculos, o respeito às diferenças e a aprendizagem significativa (BRASIL, 2017). Assim, as crianças, com ou sem deficiência, são reconhecidas como protagonistas de suas trajetórias educacionais.

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 16, garante o direito à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, reforçando o dever de proteger a criança contra qualquer forma de discriminação (BRASIL, 1990). Promover a inclusão desde os primeiros anos de vida, portanto, não é apenas uma exigência legal, mas um compromisso ético e social com os direitos fundamentais de toda criança.

A IMPORTÂNCIA DAS BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O brincar é reconhecido como uma das principais linguagens da infância e um elemento estruturante no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Brincar não é apenas uma forma de entretenimento, mas uma experiência complexa, por meio da qual a criança expressa sentimentos, elabora ideias, resolve conflitos e constrói significados sobre o mundo que a cerca (KISHIMOTO, 2011).

Na perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1998) considera o brinquedo como um espaço privilegiado para a criação da zona de desenvolvimento proximal — conceito que representa aquilo que a criança é capaz de realizar com o apoio de outra pessoa, seja um adulto ou um par mais experiente. Dessa forma, a brincadeira contribui para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como atenção voluntária, memória e pensamento simbólico.

Em contextos educativos inclusivos, as brincadeiras assumem um papel ainda mais significativo. Quando planejadas com intencionalidade pedagógica, elas promovem interações entre crianças com diferentes habilidades, estimulando a empatia, a solidariedade e o respeito às diferenças. Para Moyles (2002), o jogo compartilhado é uma prática social essencial, que pode ser utilizada pelo educador para desenvolver competências socioemocionais, cognitivas e comunicativas.

Brincadeiras adaptadas — como jogos cooperativos, histórias dramatizadas, circuitos sensoriais e atividades com materiais recicláveis — possibilitam a participação de todas as crianças, independentemente de

suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas, fortalecendo o sentimento de pertencimento e ampliando suas experiências culturais (MACHADO, 2019).

A literatura infantil também desempenha papel central nesse processo. De acordo com Abramovich (1997), contar histórias é uma forma de "brincar com as palavras", estimulando a escuta atenta, a imaginação e a linguagem oral. Ao introduzir personagens diversos, o educador promove desde os primeiros anos de vida a valorização da diversidade e o desenvolvimento de atitudes inclusivas.

Assim, o brincar planejado e acessível constitui uma importante estratégia pedagógica, capaz de integrar desenvolvimento, aprendizagem e inclusão de forma articulada e significativa.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e bibliográfica, com o objetivo de compreender e analisar o papel das brincadeiras e das interações sociais como estratégias pedagógicas inclusivas na Educação Infantil. A pesquisa qualitativa busca interpretar fenômenos sociais em seus contextos naturais, valorizando a subjetividade e os múltiplos significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos (MINAYO, 2010).

A escolha pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de reunir e examinar criticamente contribuições teóricas já consolidadas, disponíveis em livros, artigos científicos e documentos oficiais. Conforme Gil (2017), esse tipo de pesquisa, é desenvolvida com base em material já publicado, sendo fundamental para a construção de uma base teórica sólida que subsidie a análise dos fenômenos estudados.

Além da literatura científica, este trabalho também se apoia na análise documental de marcos legais e normativos que orientam a Educação Infantil no Brasil, destacando-se:

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que garante o direito à educação e ao atendimento educacional especializado para crianças com deficiência;

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – documento que norteia os currículos da Educação Básica, enfatizando as brincadeiras e as interações como eixos estruturantes da Educação Infantil (BRASIL, 2017);

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) – que estabelecem princípios, fundamentos e procedimentos para a organização pedagógica das instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2009).

A análise desses documentos é realizada à luz de autores que abordam o brincar, a inclusão e o desenvolvimento infantil, como Vygotsky (1998), Kishimoto (2011), Oliveira (2002), Mantoan (2006) e Machado (2019), entre outros. Essa triangulação entre literatura acadêmica e legislação educacional permite uma compreensão ampliada sobre como as práticas pedagógicas podem ser ressignificadas por meio do uso intencional das brincadeiras e interações sociais como instrumentos de inclusão.

Quanto ao tratamento dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo de caráter interpretativo, conforme proposto por Bardin (2011), método que permite a categorização dos dados e a identificação de sentidos implícitos nos textos analisados. Essa abordagem facilita a articulação entre teoria e prática, possibilitando reflexões sobre como a inclusão pode ser efetivamente implementada nos espaços da Educação Infantil por meio de experiências lúdicas.

Desse modo, a metodologia adotada visa não apenas mapear conceitos já estabelecidos, mas também contribuir para o debate sobre práticas pedagógicas inclusivas, fortalecendo o compromisso com uma educação equitativa, democrática e acolhedora desde os primeiros anos escolares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prática pedagógica na Educação Infantil deve compreender o brincar não apenas como uma atividade natural da infância, mas como um eixo estruturante do processo de aprendizagem e de socialização. O ato de brincar constitui uma linguagem universal da criança, permitindo a expressão de sentimentos, ideias, fantasias e conhecimentos. No entanto, quando incorporado ao planejamento pedagógico de maneira intencional, o brincar ultrapassa o mero entretenimento, tornando-se uma estratégia potente de inclusão (KISHIMOTO, 2011; MACHADO, 2019).

Nesse contexto, a inclusão escolar não deve ser entendida de forma simplificada, como a mera inserção de crianças com deficiência ou necessidades específicas nos espaços escolares. Como ressalta Mantoan (2006), a inclusão verdadeira pressupõe participação ativa, pertencimento e aprendizagem significativa. Assim, não basta que a criança esteja fisicamente presente na sala de aula; é necessário que esteja envolvida, interagindo com seus pares e aprendendo em igualdade de condições.

As brincadeiras, quando planejadas e adaptadas às necessidades e especificidades de cada criança, tornam-se ferramentas pedagógicas eficazes para mediação e promoção de uma convivência mais justa e colaborativa. Vygotsky (1998) defende que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre primeiramente no plano social, por meio das interações com o outro, para depois se internalizar. Nesse sentido, o professor assume o papel de mediador cultural, sendo responsável por organizar o ambiente, adaptar os materiais e incentivar a cooperação entre os alunos.

O planejamento de situações lúdicas inclusivas exige sensibilidade, criatividade e conhecimento por parte do educador, que deve considerar as particularidades de cada criança. Jogos simbólicos, circuitos motores, rodas de conversa e contações de histórias são exemplos de práticas que estimulam o envolvimento coletivo, respeitam os diferentes ritmos de aprendizagem e promovem o desenvolvimento integral dos sujeitos.

De acordo com Moyles (2002), as brincadeiras colaborativas não promovem apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também favorecem o aprendizado de competências socioemocionais, como empatia, respeito mútuo, solidariedade e autorregulação emocional. Tais competências são essenciais para a formação de indivíduos éticos e conscientes de seu papel social.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) reforça que os eixos estruturantes da Educação Infantil interações e brincadeiras devem permear todas as experiências pedagógicas. São por meio desses eixos que as crianças constroem conhecimentos, desenvolvem a linguagem, expressam sua identidade e se relacionam com o mundo. Quando aplicados de maneira intencional e inclusiva, esses elementos funcionam como catalisadores de uma educação mais democrática e equitativa.

A criação de ambientes emocionalmente seguros e acolhedores também se revela essencial para a efetivação das práticas inclusivas. Espaços que valorizam o afeto, a escuta ativa e o respeito à diversidade permitem que as crianças se sintam acolhidas, respeitadas e motivadas a participar das atividades escolares. Como observa Oliveira (2002), é nas interações sociais que a criança constrói sua identidade e amplia suas formas de compreender o mundo.

Dessa forma, a inclusão na Educação Infantil exige mais do que diretrizes legais: requer um compromisso ético e pedagógico com a diversidade e com a equidade. Brincar com intencionalidade, mediar com empatia e planejar com foco na participação ativa são práticas indispensáveis para a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva e humanizadora.

MATERIAIS E FERRAMENTAS PARA A INCLUSÃO POR MEIO DO BRINCAR E DAS INTERAÇÕES

A efetivação de práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil requer a utilização de materiais e ferramentas que possibilitem a participação ativa e significativa de todas as crianças, respeitando suas singularidades e promovendo o desenvolvimento integral. Nesse contexto, diversos recursos pedagógicos têm se mostrado eficazes para promover a inclusão por meio do brincar e das interações sociais.

MATERIAIS PEDAGÓGICOS ADAPTADOS

Materiais pedagógicos adaptados são recursos que foram modificados ou criados para atender às necessidades específicas de crianças com deficiências ou outras necessidades educacionais. Esses materiais devem ser planejados de forma a garantir acessibilidade, estimulando a participação ativa e o desenvolvimento cognitivo, motor e social das crianças.

Exemplos de materiais pedagógicos adaptados incluem:

Blocos de montar com texturas diferenciadas: facilitam o manuseio por crianças com

dificuldades motoras ou sensoriais, promovendo a exploração tátil e o desenvolvimento da coordenação motora fina.
Livros em braille e com imagens em relevo: permitem que crianças com deficiência visual participem das atividades de leitura e contação de histórias, promovendo a inclusão literária.
Jogos sensoriais: como almofadas táteis e materiais que produzem sons, são utilizados para o desenvolvimento cognitivo e sensorial, especialmente para crianças com necessidades sensoriais específicas.

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS
As tecnologias assistivas englobam uma variedade de dispositivos e softwares que auxiliam alunos com deficiências a participarem plenamente das atividades escolares. Exemplos incluem teclados adaptados, leitores de tela e softwares de reconhecimento de voz.
Além disso, diversas plataformas e aplicativos têm sido desenvolvidos para apoiar a aprendizagem inclusiva:
Aplicativos de comunicação alternativa: como o LetMeTalk e o Proloquo2Go, voltados para crianças com dificuldades na fala.
Plataformas de ensino adaptativas: como o Matraquinha, que oferece atividades interativas adaptadas às necessidades das crianças.
Leitores de texto: softwares como o NVDA ajudam crianças com deficiência visual a interagirem com conteúdos digitais.

MATERIAIS SENSORIAIS ADAPTADOS
A adaptação de materiais sensoriais é essencial para garantir que todas as crianças, independentemente de suas necessidades, possam se envolver em atividades que promovam o desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional. Ao personalizar recursos pedagógicos, professores oferecem experiências mais significativas e inclusivas aos alunos.
Principais tipos de materiais sensoriais e como adaptá-los:
Texturas e estímulos táteis: materiais como massinha, areia, argila e tecidos diversos são excelentes para desenvolver a percepção tátil. Para adaptar esses recursos, considere variar a consistência e incorporar aromas, tornando a experiência mais envolvente.
Recursos visuais adaptados: cartões ilustrativos, painéis visuais e histórias em sequência são ótimos para reforçar conceitos. Para adaptá-los, aumente o contraste das cores e o tamanho de imagens, garantindo legibilidade.
Estímulos auditivos: instrumentos simples como chocalhos, xilofones ou aplicativos de sons permitem trabalhar percepção auditiva. Para tornar a atividade inclusiva, crie brincadeiras de adivinhação de sons ou músicas com volume ajustável.
Elementos olfativos e gustativos: cheiros e sabores podem enriquecer as experiências sensoriais, desde que respeitadas diretrizes de higiene e restrições alimentares. Ofereça potes com especiarias seguras para explorar o olfato e organize degustações de frutas ou preparações simples para o paladar.

FERRAMENTAS DIGITAIS PARA APOIO À INCLUSÃO
O uso de ferramentas digitais tem se mostrado eficaz no apoio à inclusão na Educação Infantil. Softwares e aplicativos educacionais podem ser utilizados para personalizar o ensino e torná-lo mais acessível, atendendo às necessidades específicas de cada criança.
Exemplos de ferramentas digitais incluem:
Softwares de leitura e escrita: como leitores de tela e programas de reconhecimento de voz, que auxiliam crianças com deficiência visual ou dificuldades motoras a interagir com conteúdos digitais.
Aplicativos educativos adaptativos: plataformas que oferecem atividades interativas ajustadas ao nível de desenvolvimento de cada criança, promovendo a aprendizagem personalizada.
Ambientes virtuais de aprendizagem: permitem que os alunos acessem o conteúdo escolar de forma remota e interativa, sendo especialmente úteis para estudantes que enfrentam dificuldades de locomoção ou que necessitam de um ritmo de estudo mais flexível.

CENAS E SITUAÇÕES PEDAGÓGICAS
Cena 1 – Roda da Amizade com Músicas Inclusivas
No início do período matutino, a professora organiza uma roda com todas as crianças, incluindo Pedro, aluno com Transtorno do

Espectro Autista (TEA). Para estimular a interação, propõe uma dinâmica musical em que cada criança escolhe um gesto (pular, girar, bater palmas), que é repetido pelo grupo.
Pedro, inicialmente reservado, observa atentamente. A docente, conhecendo suas preferências, canta uma música de sua predileção e o convida a escolher o próximo gesto. Pedro sorri e ergue os braços, gesto imitado por todos com entusiasmo.
Essa prática dialoga com os pressupostos de Vygotsky (1998), que destaca a relevância da interação social para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. O uso da música e da repetição oferece previsibilidade e conforto emocional, promovendo inclusão e valorização do protagonismo do aluno, conforme Mantoan (2006).
Cena 2 – Brincadeira Sensorial no Pátio
A professora organiza estações sensoriais no pátio, com materiais que apresentam diversas texturas, cores e sons. Ana, criança com deficiência visual, explora os objetos utilizando as mãos e a audição, enquanto seus colegas realizam a atividade com os olhos vendados por alguns minutos. Após a experiência, compartilham suas percepções, e Ana é ouvida atentamente pelos demais.
Essa atividade valoriza a escuta ativa, o respeito às diferentes formas de percepção e fomenta a empatia, conforme Oliveira (2002). A vivência sensorial coletiva cria um ambiente de aprendizagem colaborativa e ressignifica o brincar enquanto estratégia inclusiva, em consonância com Kishimoto (2011).
Cena 3 – Montagem do "Cantinho das Diferenças"
Em projeto coletivo, a turma monta um espaço com bonecos, livros e materiais que representam diferentes deficiências, culturas, etnias e arranjos familiares. A professora lê o livro Meu amigo faz coisas diferentes e propõe uma conversa sobre a diversidade existente entre as pessoas. Uma criança com paralisia cerebral sugere incluir cadeiras adaptadas e brinquedos acessíveis. As demais crianças colaboram na organização e demonstram entusiasmo em adaptar o ambiente de forma conjunta.
A construção da identidade ocorre na relação com o outro e no reconhecimento da diversidade (Brasil, 2017). Atividades como esta promovem uma cultura de paz e respeito mútuo, além de fortalecerem o protagonismo infantil, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
Cena 4 – Jogo Cooperativo no Quintal: "Construindo uma Ponte"
No espaço externo da escola, a professora propõe um jogo cooperativo em que as crianças devem, coletivamente, construir uma "ponte" com peças grandes de madeira e papelão para atravessarem sem pisar no chão. João, aluno que utiliza cadeira de rodas, sugere uma estratégia para que todos possam participar. O grupo se reveza ajudando-se mutuamente, com João orientando a solução e atuando de forma ativa.
Jogos cooperativos estimulam habilidades sociais, empatia e resolução coletiva de problemas. A participação ativa das crianças fortalece autoestima e senso de pertencimento (Moyles, 2002; Machado, 2019). Essa prática valoriza as potencialidades individuais e está alinhada aos princípios da inclusão escolar (Brasil, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão na Educação Infantil ultrapassa a mera presença física de crianças com deficiência ou necessidades específicas no ambiente escolar. Ela requer a garantia da participação efetiva e significativa de todas as crianças nas experiências educativas, respeitando suas singularidades, ritmos de desenvolvimento e formas particulares de expressão. Portanto, a inclusão deve ser entendida como um compromisso ético, político e pedagógico que visa à equidade e à construção de uma educação para todos.
Este estudo evidenciou que brincadeiras e interações sociais, quando planejadas de maneira intencional e inclusiva, constituem ferramentas pedagógicas essenciais. O brincar, linguagem intrínseca à infância, promove o desenvolvimento da imaginação, criatividade, socialização e aprendizagem de forma prazerosa, envolvente e acessível.
Além disso, as interações em ambientes lúdicos ampliam o repertório emocional, social e cognitivo das crianças, favorecendo a formação de atitudes como empatia, respeito e cooperação — valores indispensáveis para uma cultura escolar acolhedora e democrática desde os primeiros anos.
A implementação de práticas inclusivas re-

quer planejamento pedagógico cuidadoso, formação contínua dos educadores, engajamento das famílias e comprometimento institucional para garantir ambientes educativos acessíveis e significativos. Criar espaços que acolham todas as crianças como protagonistas do seu processo de aprendizagem é papel fundamental do educador, o que demanda sensibilidade, flexibilidade e criatividade.

Educar na diversidade é assegurar o direito de cada criança ao pleno desenvolvimento, ao brincar e à convivência em condições de igualdade. Assim, a inclusão deve ser incorporada como uma parte essencial da missão escolar, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, humana e solidária.

Por fim, destaca-se a necessidade de novas pesquisas e práticas pedagógicas que explorem e valorizem o brincar e as interações como caminhos efetivos para a inclusão, fortalecendo cada vez mais uma educação infantil comprometida com os direitos e potencialidades de todas as crianças.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERSCH, Rita. Tecnologias assistivas na educação infantil: possibilidades e desafios. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 dez. 2009.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O brincar e suas teorias. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2011.

MACHADO, Adriana Maria Amaro. Educação infantil: conhecimento e diversidade. São Paulo: Cortez, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOYLES, Janet. Just playing? The role and status of play in early childhood education. 2. ed. Philadelphia: Open University Press, 2002.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sociocultural. São Paulo: Scipione, 2002.

SILVA, Adriana Lima; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Inclusão e formação docente: desafios e perspectivas. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 1–22, 2020. DOI: 10.1590/2175-6236106635.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil e juvenil hoje: da escola à livraria. São Paulo: Global, 2003.